



**31ª REUNIÃO DA DIRETORIA DA ASÁGUAS
(Gestão 2020/2022) – Dia 21.06.2021, das 11h às 12h40min**

Reunião realizada virtualmente por meio da plataforma Teams

Presentes: Ana Paula de Souza, Andréa Araújo Trindade, Dhalton Luiz Tosetto Ventura, Flavia Simões Ferreira, Gonzalo Alvaro Vázquez, Izabela Braga Neiva de Santana, Juliana Dias Lope, Luiz Henrique Pinheiro, Morris Scherer-Warren e Thamiris de Oliveira Lima.

Ausentes:

Estagiária: Raquel Medeiros da Silva

1. Informes:

Mobilização contra a PEC 32: A mobilização contra a reforma administrativa acontecerá no dia vinte e três de junho e as Aságuas se posicionará por meio das redes sociais.

1. Pauta:

Medida Provisória: Foram discutidas na reunião as possibilidades de atuação da Aságuas em relação à Medida Provisória (MP) que o governo prepara visando a tirar poderes da ANA e do Ibama na regulação da operação de reservatórios a fim de administrar a crise energética da bacia do Paraná. O assunto foi debatido com urgência, pois, além de essa MP já ter uma minuta pronta, outra MP, que seria votada hoje – a da privatização da Eletrobrás – também traz dispositivos que afetam a ANA e a gestão da crise hídrica. no mesmo dia no Plenário. Luiz Henrique sugeriu, inicialmente, que fosse feita uma carta aberta com a Ascema Nacional (Associação Nacional dos Servidores do Ibama), que havia entrado em contato com ele para alinhar a construção de um texto comum em defesa das instituições. No entanto, em função de mensagens que ele trocou com uma representante daquela associação, ainda durante a reunião, acabou julgando melhor que se fizessem cartas separadas, no que foi apoiado pelos demais diretores. A carta da Aságuas terá como intuito informar a sociedade sobre os aspectos técnicos e institucionais relacionados à atribuição legal da ANA e às mudanças pretendidas pelo governo. Gonzalo propôs que Aságuas articulasse com outras instituições ligadas aos recursos hídricos e também com associações de Agências Reguladoras. Estas últimas poderiam nos apoiar de forma solidária. Flavia e Dhalton sugeriram que fosse feita uma reunião com um representante da SOE/ANA para entendermos melhor os bastidores e desdobramentos do caso, bem como nossas possibilidades de colaboração. Luiz Henrique

afirmou que tentaria agendar essa reunião ainda para o dia de hoje. Todos concordaram que, uma vez realizada essa reunião, o ideal seria construir uma carta aberta com a contribuição de toda a casa. Dhalton sugeriu que a carta aborde os aspectos jurídicos, técnicos e o histórico institucional relacionado ao tema. Sugeriu também que uma consulta fosse feita à nossa assessoria jurídica. Luiz Henrique concordou. Por fim, os diretores combinaram de ler a minuta da medida provisória para avaliar seus impactos e refletir sobre nossas linhas de ação.